

PROJETO

GRANDE RIO GRANDE

DIRETRIZES

PARA A AÇÃO DO

GOVERNO DO ESTADO

QUADRIÊNIO 1971/74

SÍNTESE

ÍNDICE

OS GRANDES OBJETIVOS

- DEFINIÇÕES ESSENCIAIS 7
- GRANDES PRIORIDADES E ESTRATÉGIA GLOBAL..... 9

A AÇÃO SETORIAL NAS ÁREAS PRIORITARIAS

- EDUCAÇÃO 15
- AGRICULTURA E PECUARIA 19
- INDÚSTRIA 23

A AÇÃO SETORIAL EM OUTRAS ÁREAS

- ENERGIA ELÉTRICA 29
- TRANSPORTES 33
- ARMAZENAGEM 37
- COMUNICAÇÕES 41
- SANEAMENTO 43
- SAÚDE 45
- TRABALHO E AÇÃO SOCIAL 47
- COMÉRCIO 49
- TURISMO 51
- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 55

OS GRANDES OBJETIVOS

DEFINIÇÕES ESSENCIAIS

A Produtividade e Construção do Grande Rio Grande

Nos marcos históricos em que se situa o Estado do Rio Grande do Sul, a condição do progresso resume-se numa palavra: **PRODUTIVIDADE**.

A aceleração do desenvolvimento econômico e a elevação geral dos níveis de bem-estar da sociedade sul-rio-grandense não permitem a escolha de outro caminho que não seja o rápido ingresso numa etapa qualitativa, onde se persiga, incessantemente, em todos os setores, o aumento de rendimento do trabalho, do capital e da terra. É a condição essencial para a construção do **GRANDE RIO GRANDE**.

B Pressupostos Básicos de Ação

Para a consecução desse objetivo-síntese, foi delineado o elenco de definições básicas à atuação do Estado — suscetíveis de fundamentar seus instrumentos de programação.

Segundo a concepção do Estado como promotor do desenvolvimento, o Governo decide levar em conta os seguintes princípios:

- (1) a criação de efetivas condições para a preservação da livre iniciativa do setor privado;
- (2) o progresso social é imanente ao desenvolvimento econômico, sendo indispensável a participação de todas as classes sociais nos encargos e nos frutos desse desenvolvimento;

- (3) a Educação constitui poderoso instrumento do desenvolvimento econômico e social e grande veículo para a expansão das oportunidades de emprego;
- (4) a total consonância com os objetivos do Governo Federal;
- (5) o aperfeiçoamento da máquina administrativa do Estado, visando a ação planejada, coordenada e dinâmica do Governo;
- (6) as políticas setoriais serão sempre definidas e racionalizado o uso dos instrumentos de ação do Estado;
- (7) o austero controle dos gastos e a cuidadosa programação dos investimentos públicos, de modo a assegurar níveis adequados de recursos em setores prioritários;
- (8) os funcionários públicos são agentes promotores do desenvolvimento e devem ser estimulados para o melhor desempenho de sua missão;
- (9) a ausência de privilégios e favoritismos; e
- (10) o prosseguimento da execução de programas em andamento, corrigindo eventuais distorções, e a instituição de novos projetos de desenvolvimento.

GRANDES PRIORIDADES E ESTRATÉGIA GLOBAL

A Áreas Prioritárias

Os próximos anos deverão ser decisivos para o desempenho dinâmico de longo prazo do sistema econômico do Rio Grande do Sul. Necessário se torna, por isso mesmo, **concentrar esforços em alguns setores estratégicos**, otimizando a aplicação de recursos públicos com bom-senso e objetividade.

Dentro dessa orientação e em consonância com as principais metas da Administração Federal, foram selecionadas as seguintes áreas prioritárias:

- **EDUCAÇÃO** — Visando à expansão quantitativa e à melhoria qualitativa do ensino, sua orientação para o trabalho, e à valorização do magistério.
- **AGRICULTURA E PECUÁRIA** — Objetivando o rápido acréscimo da produtividade da agropecuária e o fortalecimento dos sistemas de comercialização e abastecimento.
- **INDÚSTRIA** — Com vistas a uma política industrial definida, ao fortalecimento do poder de competição da empresa, à criação de novas oportunidades para investimentos e a evolução tecnológica do setor.

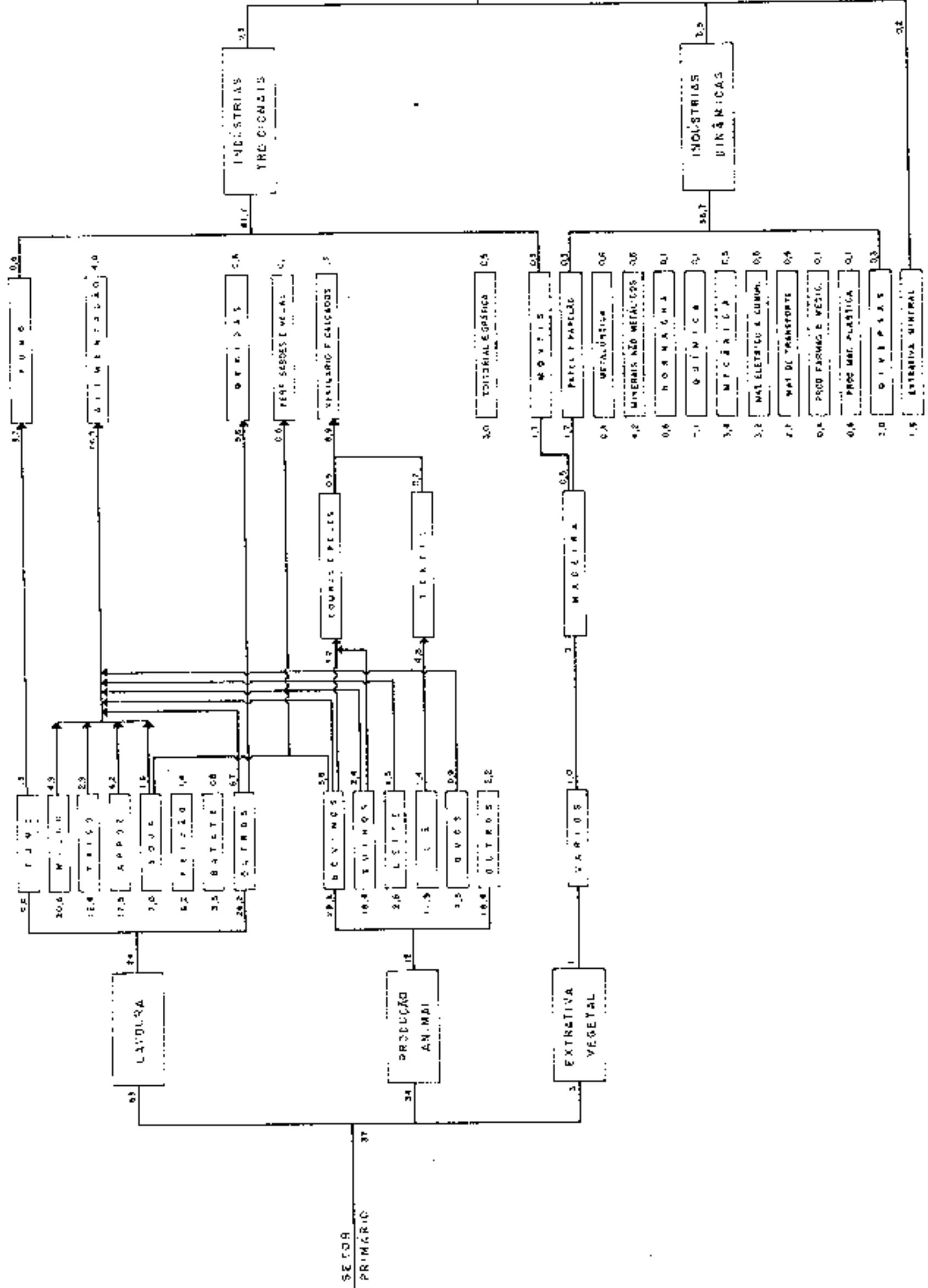
B Estratégia Global

No sistema econômico do Rio Grande do Sul, a interdependência existente entre a agropecuária e a indústria permite e determina um **modelo de crescimento em bloco** — com ambos setores crescendo simultaneamente de forma a acelerar a expansão do mercado interno e o nível da atividade econômica global.

Por isso mesmo, da concentração de esforços nos setores-chaves, indicativos da ação prioritária do Governo, resultará impactos dinâmicos capazes de produzir repercussões econômicas favoráveis sobre as demais áreas.

Este fato deverá superar as limitações verificadas nas últimas duas décadas, quando a atividade econômica estiolou-se pelo arrefecimento do setor dinâmico do sistema, isto é, pela perda de posição do setor primário da economia sul-rio-grandense.

ESTRUTURA DA PRODUÇÃO DE BENS



A AÇÃO SETORIAL NAS ÁREAS PRIORITÁRIAS

EDUCAÇÃO

Estratégia

- Adoção, em plena consonância com as diretrizes do Governo Federal, de uma política educacional para os ensinos primário e médio do Estado, fundamentada na integração do complexo Educação — Recursos Humanos — Segurança Nacional — Desenvolvimento, levando em conta os seguintes pressupostos:
 - a Educação como um investimento também do ponto-de-vista econômico;
 - os efeitos da escolarização sobre a produtividade da força-de-trabalho, o pleno emprego, a distribuição da riqueza, a valorização pessoal em proveito da comunidade e as mudanças sociais;
 - a necessidade de uma síntese entre a cultura humanista moderna e a tecnologia;
 - a sistematização do complexo aluno — mestre — escola; e
 - o aperfeiçoamento do sistema educacional, através do planejamento, da coordenação e do acompanhamento da execução de programas e projetos baseados em critérios de prioridade e de custo-benefício.
- Elaboração e/ou execução de programas e projetos com os seguintes objetivos:
 - reestruturação administrativa da SEC;
 - revisão de currículos, modos operacionais, critérios de avaliação, sistemas de direção, supervisão e inspeção dos ensinos primários e médio, tendo em vista à implantação do sistema de ensino fundamental e de colégios integrados;
 - revisão de critérios para aplicação de recursos (custeio do ensino), financiamento de estudos (bolsas) e remuneração do magistério;
 - municipalização progressiva do ensino de 1.º grau;
 - incentivos à criação de conselhos municipais de educação;

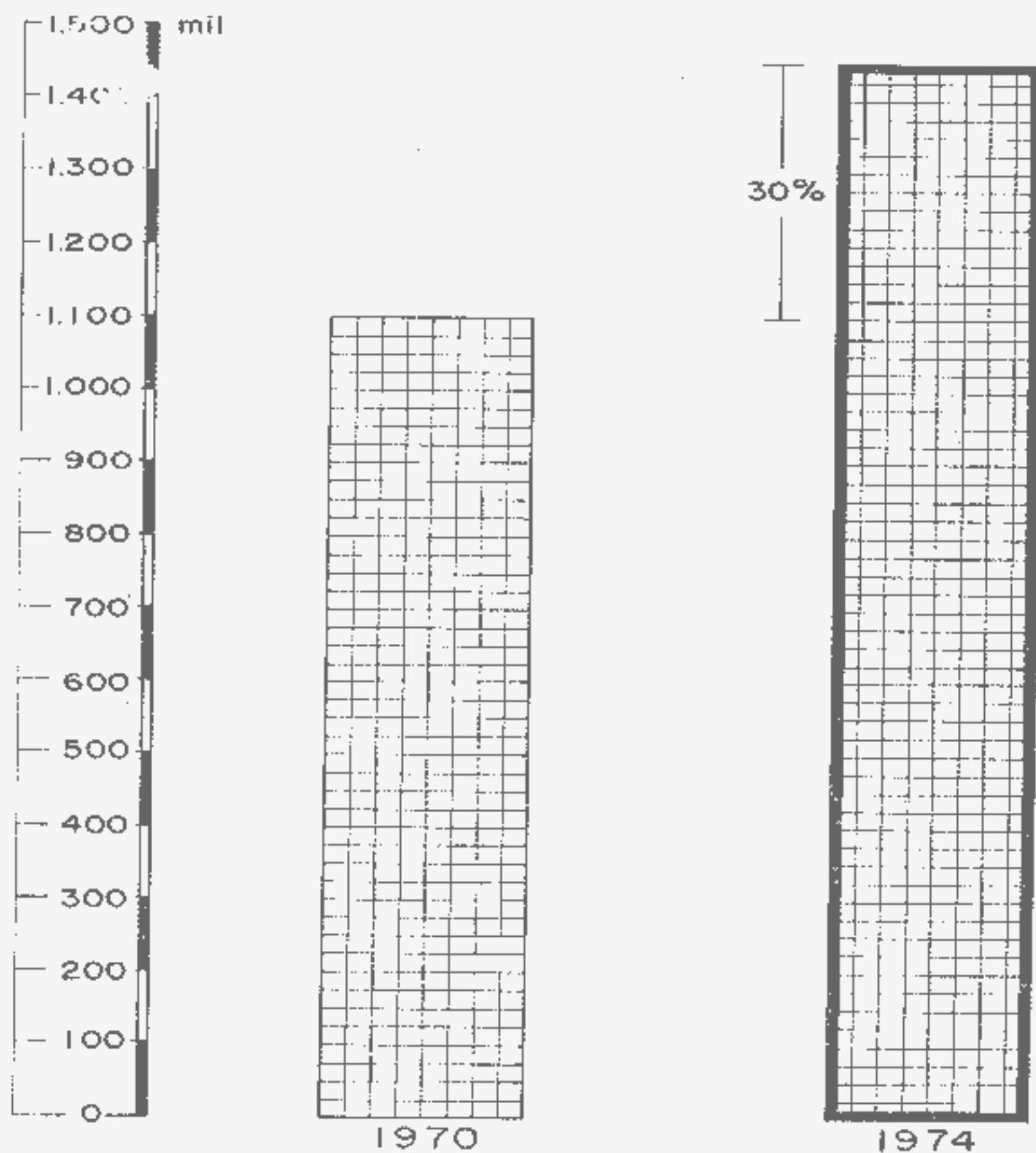
- implantação da rede de ginásios polivalentes (orientados para o trabalho);
- revisão do Estatuto do Magistério;
- aperfeiçoamento de professores e outros especialistas de ensino;
- revisão dos currículos das escolas de formação de professores;
- aproveitamento de capacidade sub-utilizada de prédios e equipamentos escolares;
- construção, ampliação e equipamento de novos prédios escolares;
- promoção social dos recursos humanos (alfabetização e educação continuada de adultos, treinamento de mão-de-obra).

Observe-se que a expansão do ensino no Estado pode ser equacionada em termos de melhoria qualitativa, objetivando o melhor atendimento aos alunos, eliminando certas distorções como a evasão e a repetência escolar.

- Integração da política educacional do Estado em relação aos seguintes programas e projetos prioritários do Governo Federal;
 - Operação-Escola (atendimento integral à população na idade escolar entre 7 e 14 anos);
 - Programa Nacional de Ginásios Orientados para o Trabalho (educação geral e para o trabalho, através de sondagens vocacionais);
 - Programa Nacional de Alfabetização de Adultos — MOBRAL (mobilização contra o analfabetismo);
 - Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — PIPMO (preparação de mão-de-obra para os setores primário, secundário e de serviços, especialmente na área da Saúde);
 - Plano de Carreira e Melhoria de Remuneração do Magistério Primário (estruturação da carreira e critérios de política salarial);
 - Plano de Carreira e Melhoria de Remuneração do Magistério Fundamental e Médio (idem);
 - Programa de Treinamento de Professores para o Ensino Primário e Normal (aperfeiçoamento);
 - Programa de Treinamento de Professores para o Ensino Médio (idem);
 - Programa Integrado de Assistência ao Estudante (ampliação das oportunidades de acesso à educação formal e informal);
 - Mecanismo de Financiamento da Educação e Cultura (idem).

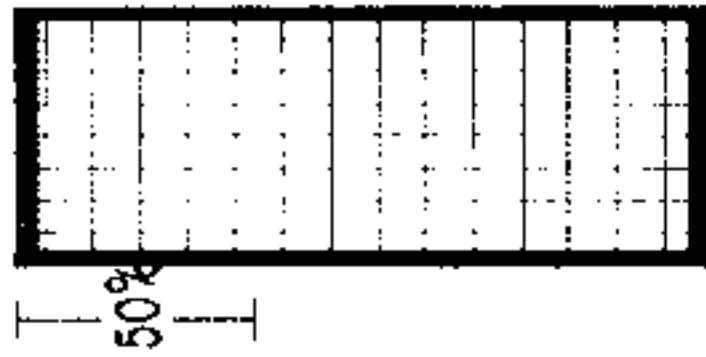
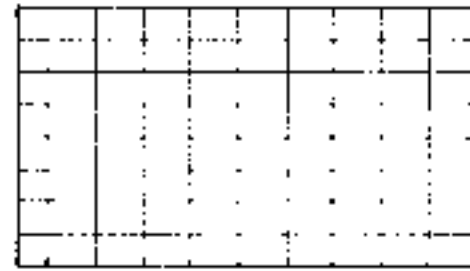
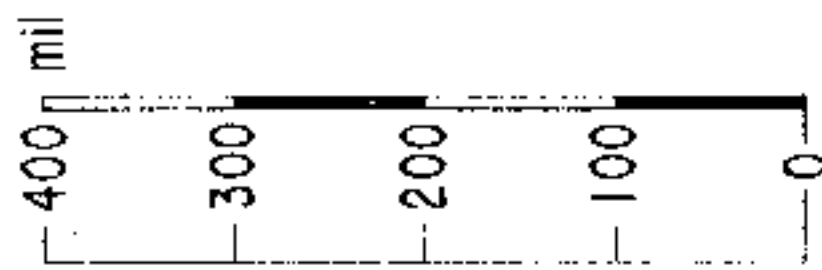
EDUCAÇÃO

MATRÍCULAS NO ENSINO PRIMÁRIO

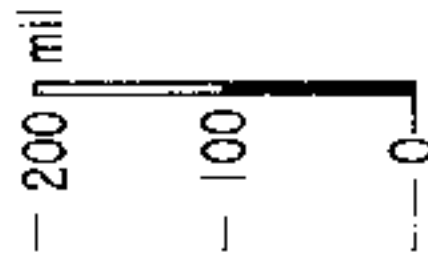


MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO

1º CICLO



2º CICLO



AGRICULTURA E PECUÁRIA

Estratégia

- Formulação de uma política de dinamização da atividade agrícola, com vistas à elevação dos níveis da produção e da produtividade e à melhoria qualitativa dos produtos, tendo como base a orientação de estímulos técnicos e financeiros especiais para a gradativa adaptação da agricultura e da pecuária às reais potencialidades do uso da terra, maximizando o seu aproveitamento.
- Programação indicativa, sob essa perspectiva, levando em conta a vocação das regiões rio-grandenses ao uso do solo, segundo sua respectiva potencialidade, estabelecendo:
 - fatores condicionantes da potencialidade de sub-áreas (fertilidade do solo, clima, suscetibilidade à erosão, tradição, estrutura fundiária);
 - seleção de terras que apresentem melhores aptidões à lavoura, pecuária e florestamento ou reflorestamento, alternativamente ou não, a fim de orientar os incentivos ao setor.

A programação referida não exclui a concessão paralela de estímulos aos atuais cultivos, caracterizando-se, precisamente, pelo gradualismo em sua execução.

- Concentração de esforços para o apoio financeiro do Governo Federal e de instituições financeiras nacionais e internacionais à programação agrícola do Estado, de forma a tornar a área estadual modelo para o desenvolvimento agropecuário.

- Elaboração de estudos especiais, de caráter regional, sobre o setor, visando a fornecer, de maneira permanente, subsídios e orientação à política agrícola do Governo Federal (preços mínimos, isenções fiscais, incentivos creditícios, previsão de safras, seguro, exportações e comercialização agrícolas).
- Intensificação das pesquisas agrícolas e da produção de sementes selecionadas, de programas visando ao uso de corretivos e fertilizantes, à melhoria de pastagens nativas e à introdução de pastagens cultivadas, entrosados, com os projetos constantes do Plano Básico de Desenvolvimento Científicos e Tecnológico do Governo Federal e com os programas de organismos internacionais;
- Dinamização da assistência técnica ao nível do produtor.



DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

FORMAS ADEQUADAS DE USO DA TERRA SEGUNDO A RESPECTIVA POTENCIALIDADE	ÁREA Nº	SITUAÇÃO	PERSPECTIVA DE UTILIZAÇÃO COMPATÍVEIS COM A CAPACIDADE DE USO DAS TERRAS
INTENSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA ANUAL E DA PECUÁRIA	1	PLANA ALTO MÉDIO	CULTURAS ANUAIS, como trigo, soja, milho, sorgo, feijão, etc., em rotação com pecuária intensiva em Pastagens cultivadas
INTENSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA ANUAL, DA AGRICULTURA PERMANENTE E DA PECUÁRIA	2	BAIXO VALE DOS RIOS TAQUARÍ, CAÍ E JACUI	CULTURAS ANUAIS, como milho, feijão, batatinha, sorgo etc... OUTRAS CULTURAS, como alfafa, mandioca, CITRICULTURA SILVICULTURA PECUÁRIA INTENSIVA
INTENSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA ANUAL, DA PECUÁRIA E DO ARROZ CULTURAS PERMANENTES	3	DEPRESSÃO CENTRAL	CULTURAS ANUAIS, como arroz, soja, trigo, milho, sorgo etc... em rotação com Pecuária intensiva, em pastagens cultivadas ou nativas CULTURA DE PÊSSEGO e outras Frutíferas OLEICULTURA
	4	ENCOSTA DO SUDESTE	
	5	MISSÕES	
INTENSIFICAÇÃO DA PECUÁRIA	6	CAMPANHA	PECUÁRIA INTENSIVA em Pastagens Nativas
	7	SERRA DO SUDESTE	
	8	CAMPOS DO CIMA DA SERRA	
IMPLANTAÇÃO E/OU INTENSIFICAÇÃO DO FLORESTAMENTO OU REFLORESTAMENTO FRUTICULTURA	9	ENCOSTA SUPERIOR E INTERIOR DO NORDESTE	SILVICULTURA, Essências nativas, como Araucária, cedro, louro etc... Essências exóticas, como pinus, eucalipto etc... FRUTICULTURA
	10	ALTO VALE DO URUGUAI	
	11	SERRA DO SUDESTE	
IMPLANTAÇÃO DO FLORESTAMENTO INTENSIFICAÇÃO DA PECUÁRIA, DA CRUZICULTURA E DA OLERICULTURA	12	LITORAL	SILVICULTURA com essências nativas e/ou exóticas PECUÁRIA INTENSIVA, em pastagens nativas ou cultivadas, em rotação com a cultura do arroz CULTURA da cebola, aspargo, etc...

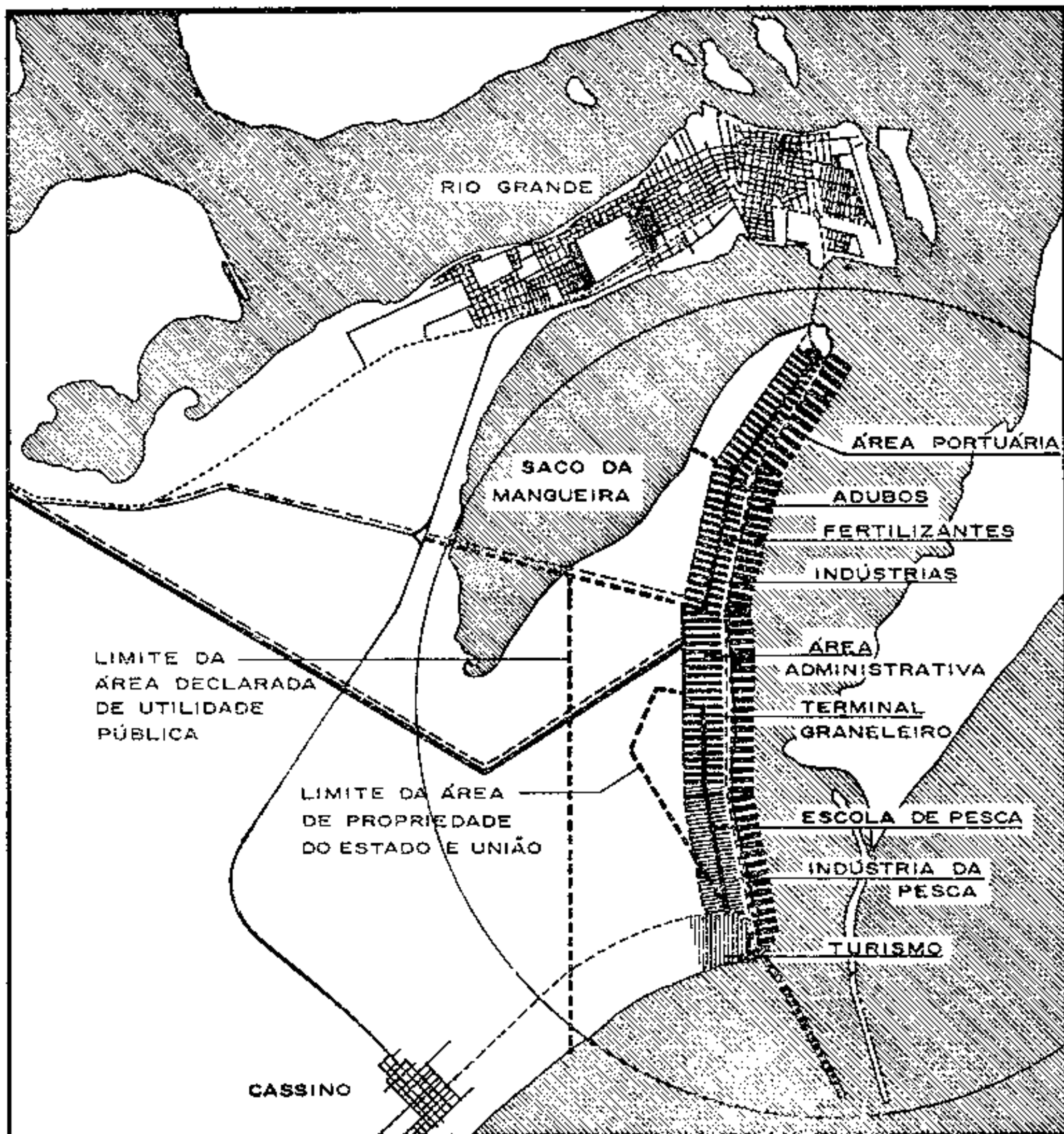
INDÚSTRIA

Estratégia

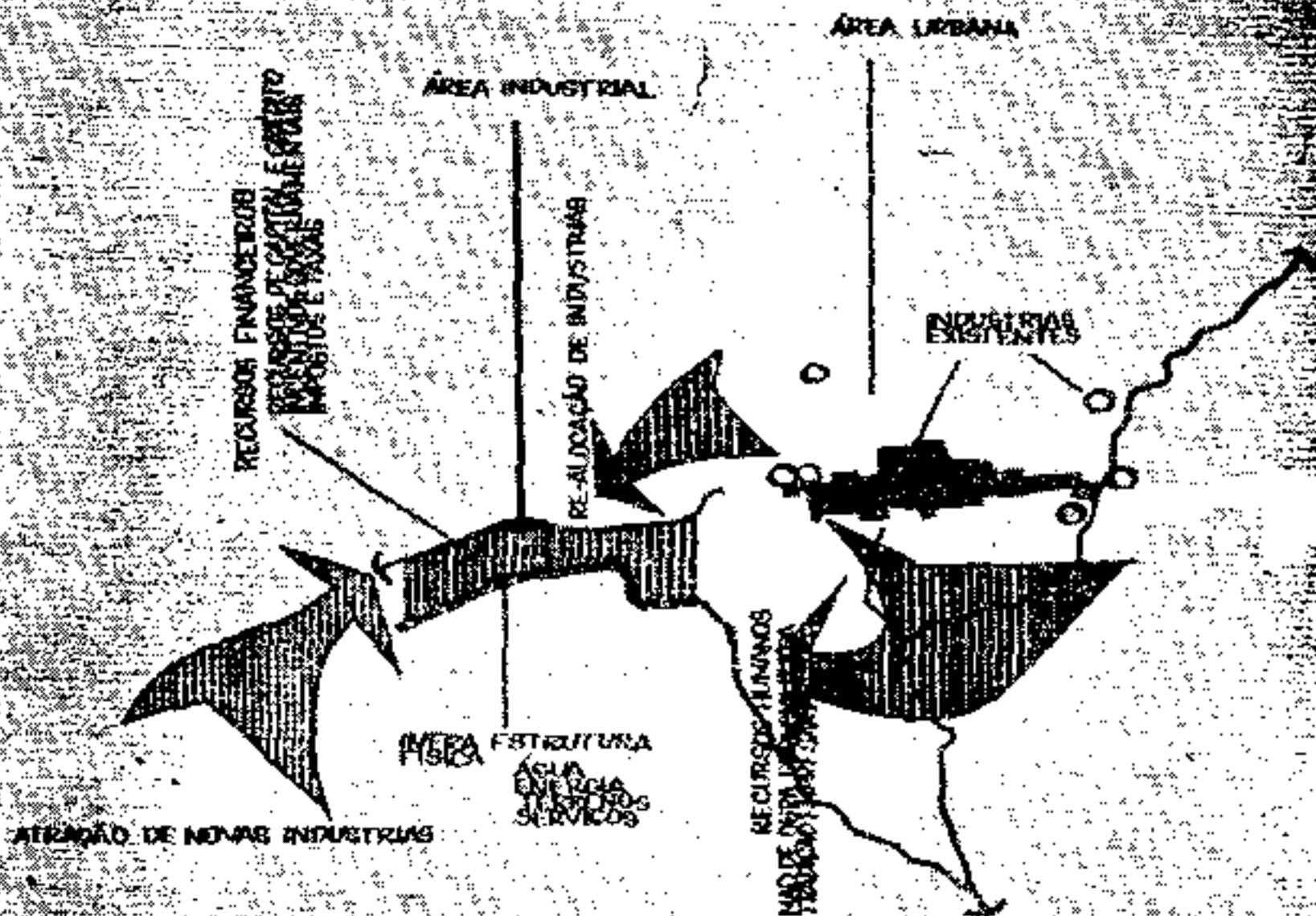
- Formulação de uma política industrial definida, compatibilizada com as diretrizes do Governo Federal, com vistas à criação de condições favoráveis à rápida aceleração do desenvolvimento industrial privado, reunindo e indicando a maior soma possível de oportunidades para novos investimentos.
- Crescimento do produto industrial a taxa mínima de 7% ao ano, de forma a acompanhar a evolução nacional do setor e a permitir a elevação do nível de renda e o aumento das oportunidades de emprego da economia.
- Criação de estímulos aos investimentos em:
 - indústrias dinâmicas e polarizadoras, pelas repercussões que proporcionam ao conjunto da economia;
 - indústrias tradicionais, pela importância que apresentam à estrutura da produção de bens, especialmente as agro-industriais — beneficiadoras de produtos agropecuários;
 - artesanato, em moldes sistemáticos e racionais, vinculado a um programa de turismo, por ensejar novas oportunidades de emprego nas zonas rurais;
- Promoção e incentivos à formação de conglomerados industriais, como forma de evitar as duplicações antieconômicas que limitam as possibilidades de obtenção de economias de escala.
- Implantação de distritos industriais, através de obras de infra-estrutura, serviços, isenções fiscais, estímulos creditícios e outras economias externas.

- Presença de empresas industriais públicas, no sistema econômico, em caráter temporário, limitadas aos setores que demandem ação polarizadora.
- Integração Estado-Empresa, visando à solução de problemas de:
 - tecnologia industrial;
 - recursos humanos;
 - identificação de oportunidades para novos investimentos;
 - preparação e promoção de perfis e projetos industriais;
 - assistência técnica, administrativa e financeira das empresas industriais.

Dentre outras medidas nessa área, está programada a reformulação e o reaparelhamento do ITERS visando à aplicação de métodos científicos e tecnológicos na solução de problemas específicos das empresas.



DISTRITOS INDUSTRIAIS



DISTRITOS INDUSTRIAIS

A AÇÃO SETORIAL EM OUTRAS ÁREAS

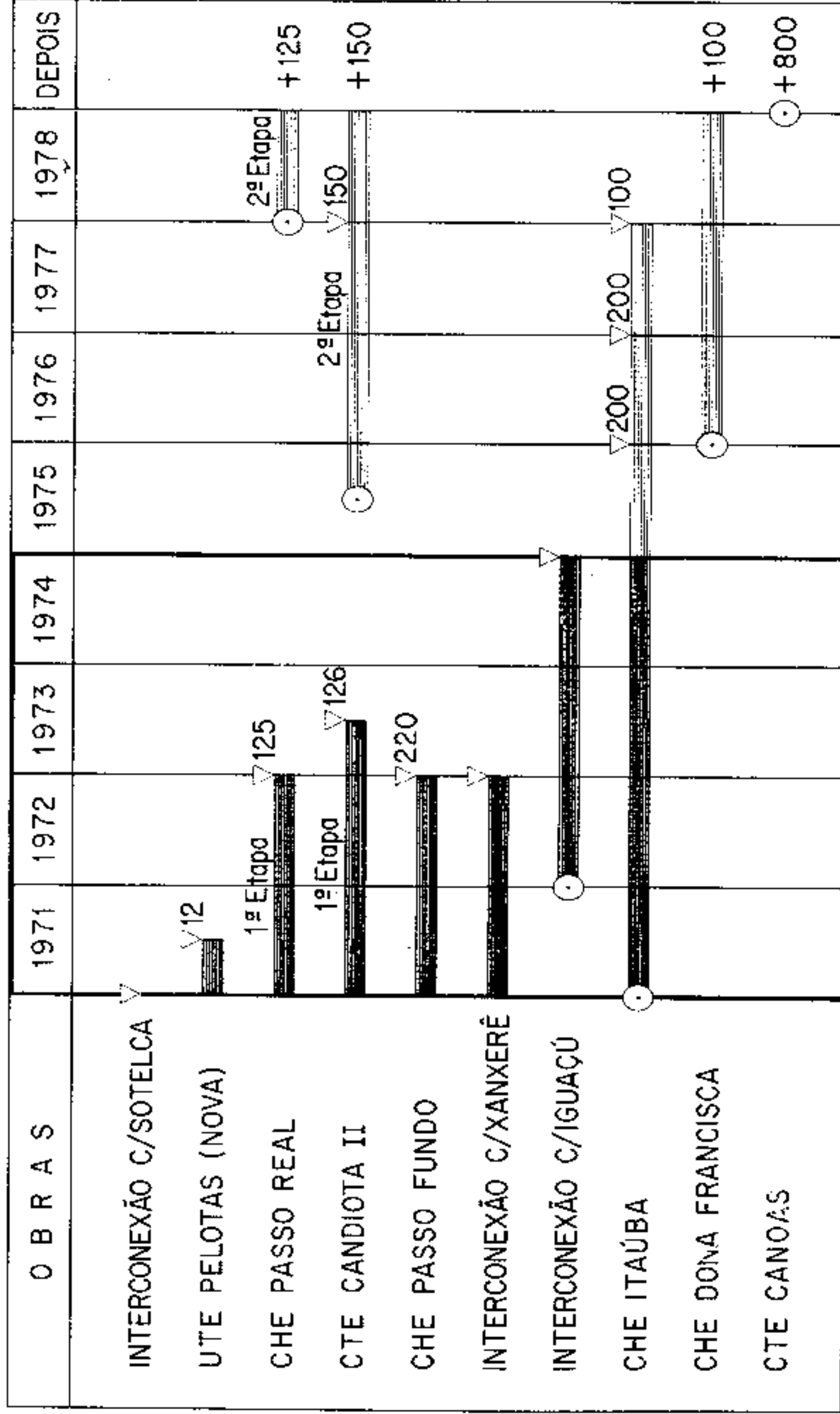
ENERGIA ELÉTRICA

Estratégia

- Acréscimo da capacidade instalada de geração superior a 80% (no quadrinêio 1971/74 de 580.000 kw para 1.063.000 kw), com vistas a atender aos esquemas de política de desenvolvimento industrial e de eletrificação rural.
- Crescimento da energia gerada a taxa anual cumulativa de 11,3% para a plena satisfação da demanda máxima, cuja estimativa da taxa de incremento ao ano é de 10,7%.
- Ampliação integrada dos sistemas de transmissão e distribuição.
- Mudança de ciclagem com o fim de possibilitar o intercâmbio com os sistemas inter-regionais.
- Auto-suficiência financeira da empresa pública de energia elétrica — CEEE — em 1974.

ENERGIA ELÉTRICA

CRONOGRAMA DAS OBRAS DE GERAÇÃO E INTERCONEXÃO (Capacidade em MW)



○ Início de construção

▽ Início de operação normal

ENERGIA ELÉTRICA

POTÊNCIA INSTALADA

mil kW

1.100

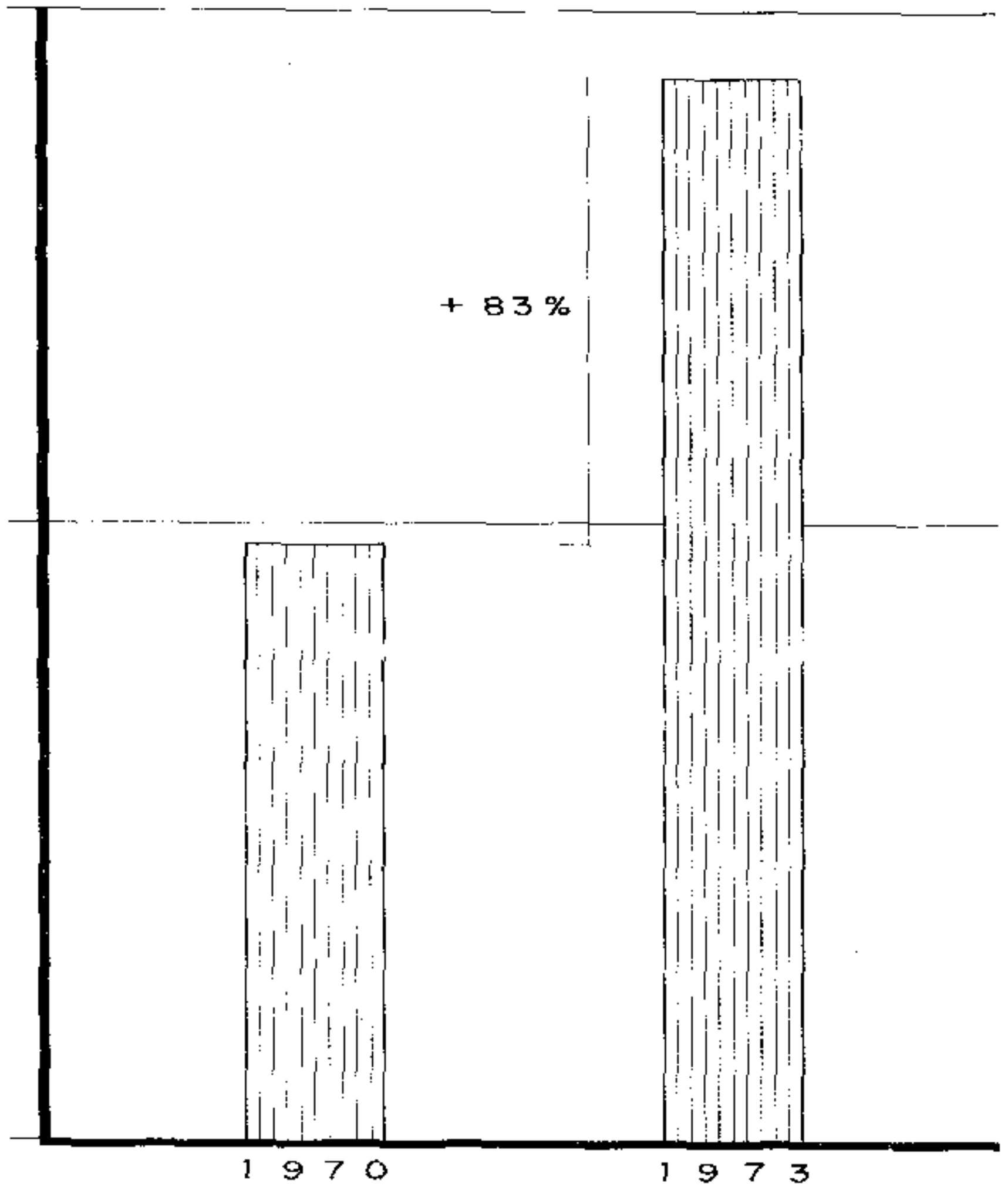
600

0

+ 83 %

1 9 7 0

1 9 7 3



TRANSPORTES

Estratégia

- Organização de um programa geral para o sistema estadual de transportes, em tôdas suas modalidades, como parte integrante e complementar do Plano Nacional de Transportes, contemplando, fundamentalmente:
 - previsões das tendências de longo prazo do sistema;
 - aplicação de critérios econômicos na seleção das prioridades para os investimentos;
 - entrosamento entre os diversos órgãos autônomos que atuam no setor;
 - integração dos programas municipais;
 - critérios para a fixação de tarifas.
- Elaboração de um programa de curto prazo, para implementação imediata, visando a eliminar pontos-de-estrangulamento do setor.

A Rodoviário

Estratégia

- Totalização da rede, ao final do quadriênio 1971/74, pela atuação conjunta com o Governo Federal, de 13.650 km de rodovias, sendo 7.600 km não pavimentadas e 6.050 km pavimentadas — correspondendo a um acréscimo, no período, de 3.470 km em estradas pavimentadas.
- Conclusão de rotas troncais de modo a possibilitar aos fluxos de transportes, gerados no Estado, acesso aos mercados principais, aos pontos de enlaces fronteiriços e aos centros de embarques e, ainda:

- conexão de polos e áreas polarizadas à rede troncal;
- seccionamento das maiores malhas das troncais, criando alternativas de trajetos para núcleos populacionais envolvidos.
- *Execução de estradas alimentadoras e vicinais, sob critérios gerais estipulados pela programação rodoviária geral do Estado.*

B Hidroviário, Aéreo e Ferroviário

Estratégia

- Melhoria das condições para a navegação fluvial visando a incrementar o transporte hidroviário interno, através do aprofundamento de canais e a intensificação da construção de barragens, em ação integrada com o Governo Federal.
- Adoção de um sistema que permita auto-suficiência financeira do DAE, com vistas à continuidade das obras de implantação, conservação e manutenção dos aeroportos estaduais.
- Padronização da frota aérea do Estado.
- Amparo a aviação aerodesportiva.
- Entrosamento do programa geral de transportes do Estado com os programas do DNEF e RFFSA.

C Portuário

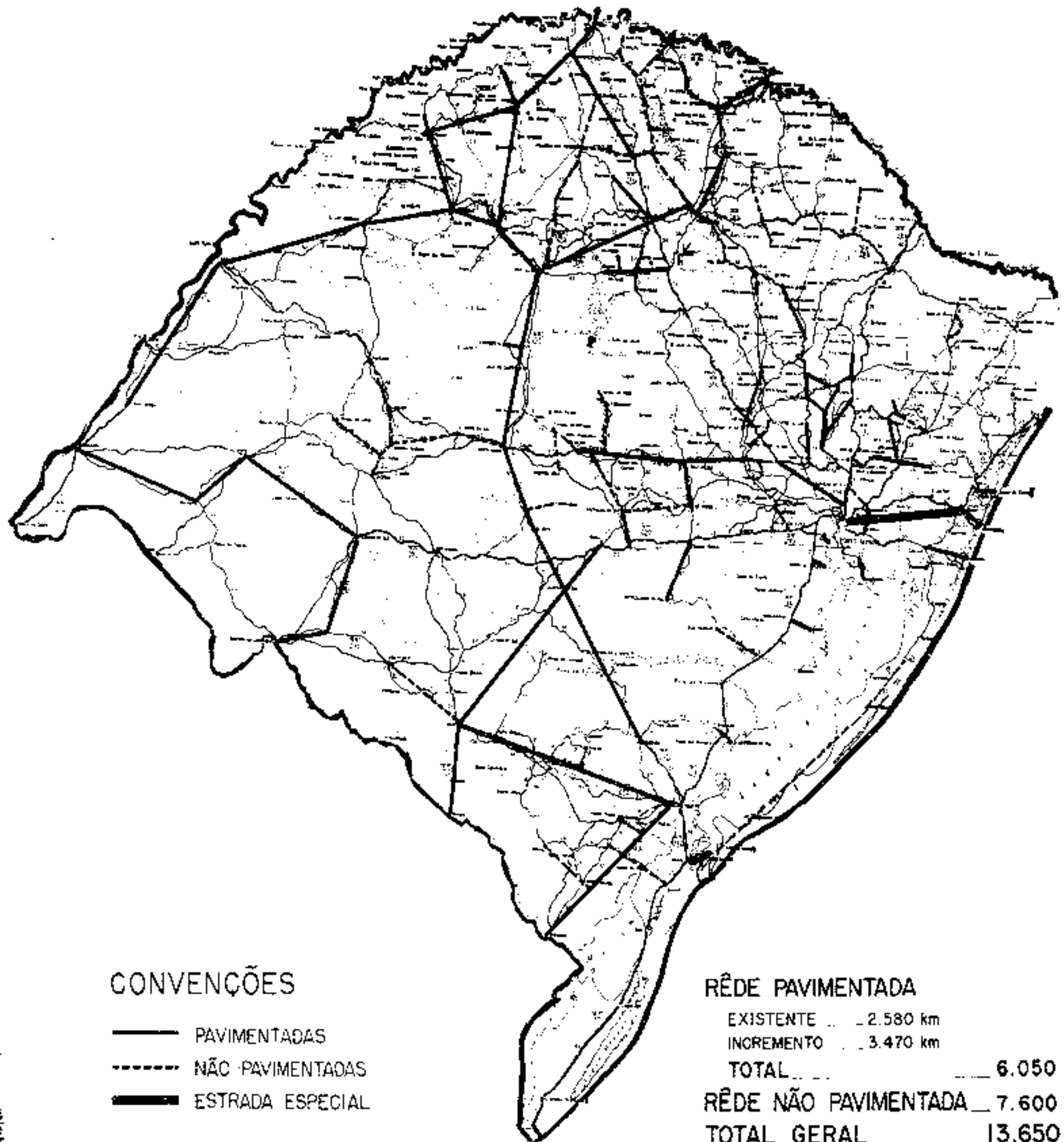
Estratégia

- Continuidade às obras de reaparelhamento dos portos de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas.
- Integração de esforços com a União, objetivando acelerar a construção do Porto Novíssimo de Rio Grande, com vistas à instalação de um complexo portuário de grande porte, realizando, dentre outras obras:
 - acessos rodo-ferroviários;
 - ponte do Saco da Mangueira;
 - captação de água;
 - construção de silos e armazéns;
 - comunicações;
 - construção das BRs 293 e 392;
 - reforma do trecho ferroviário Cacequi-Pelotas;
 - urbanização de uma área de 1.800 ha, já declarada de utilidade pública.

TRANSPORTES

RODOVIAS

(quadriênio 71-74)

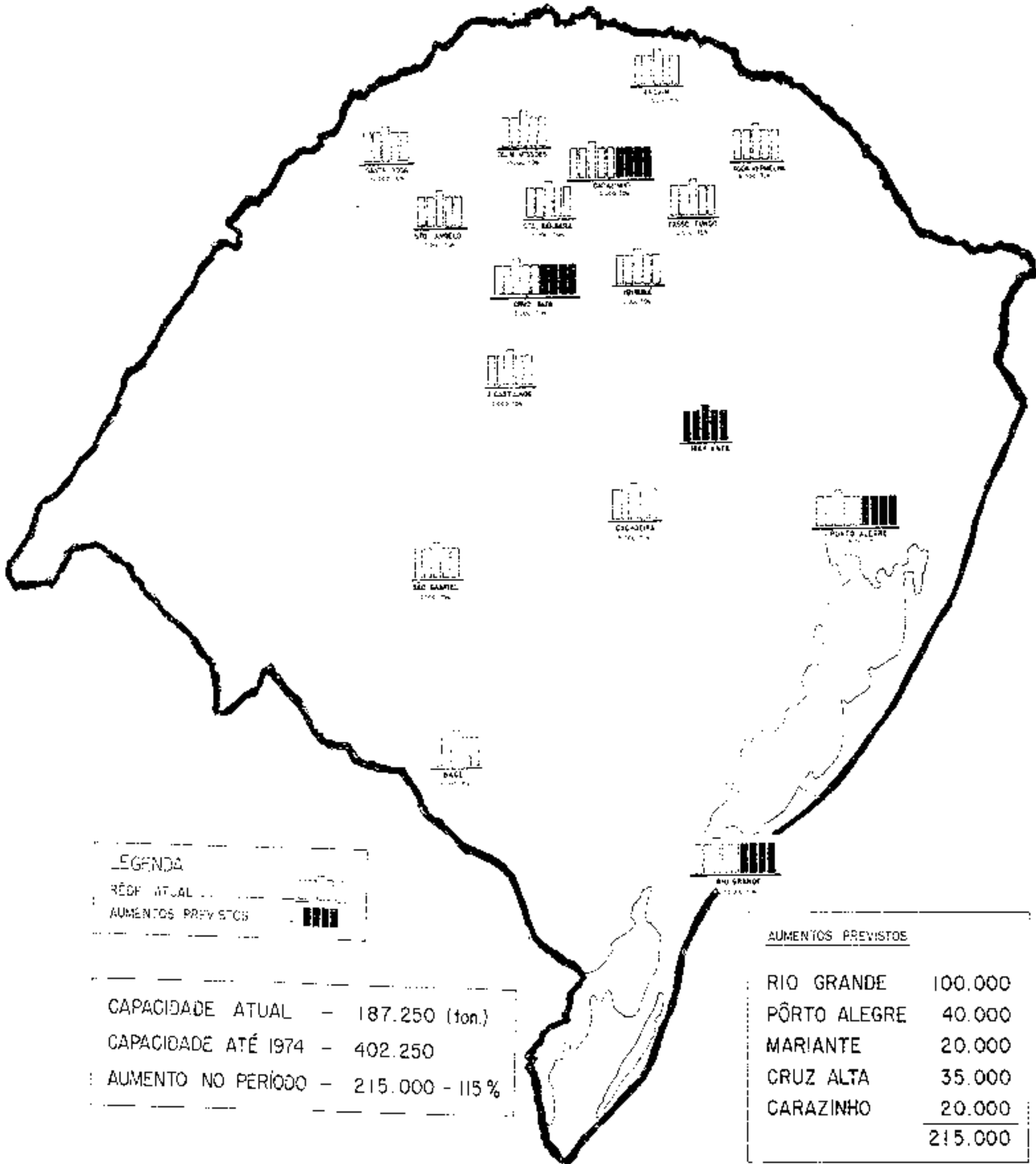


ARMAZENAGEM

Estratégia

- Atuação de forma supletiva da empresa pública — CESA — na prestação de serviços diretos de armazenamento das safras agrícolas, concentrando investimentos junto aos portos de Rio Grande e Pôrto Alegre e localidades de convergência da produção (Pôrto Mariante, Caràzinho e Cruz Alta).
- Preservação à livre iniciativa dos serviços de armazenamento junto aos locais de produção, estimulando a expansão da rede privada no interior, reservando-se a CESA para a ação supletiva, nos casos de previsões de safras superiores à capacidade instalada, nessas áreas.
- Ampliação, no quadriênio 1971/74, da capacidade estática de estocagem da CESA de 187.250 para 402.250 toneladas representando acréscimo de 115% ao fim do período.
- Diversificação dos serviços da CESA, a fim de estocar outros produtos agrícolas (cebola, batata e frutas).

RÊDE DE SILOS DA CESA



os efetivos de ovinos, suínos, caprinos, etc;

- regionalizar as campanhas sanitárias evitando a dispersão de recursos humanos e materiais;
- estimular a indústria de vacinas;
- difundir o uso da inseminação artificial;
- intensificar os testes de avaliação de reprodutores.

4.1.7 - Feiras de animais precoces

A feliz iniciativa das feiras dos animais precoces deve continuar como primeiro passo no estabelecimento de canais de comercialização de animais de um novo tipo. É indispensável, entretanto, que os controles estabelecidos garantam e salvaguardem seu padrão qualitativo.

Constituem as feiras, sem dúvida, poderoso estímulo à especialização de funções dentro da pecuária, permitindo que as unidades produtivas maximizem seus resultados.

Será objetivo do Governo:

- institucionalizar e assistir de forma permanente as feiras de animais precoces.

4.1.8 - Zoneamento das bacias leiteiras

A rentabilidade da pecuária leiteira tem sido relativamente baixa, não estimulando grandes investimentos no setor. Os recursos a serem mobilizados para a atividade devem, portanto, visar à especialização das unidades de produção com altos níveis de tecnologia.

A ação governamental terá como objetivo:

- zonear as bacias leiteiras, para uma adequada condu-

- Implantação e/ou ampliação de estações automáticas de trânsito em:
 - Passo Fundo;
 - Rosário do Sul;
 - Cruz Alta;
 - Caxias do Sul;
 - Pelotas;
 - Santa Maria.
- Entroncamentos de DDD (discagem direta a distância) nos principais municípios.
- Instalação de centros regionais de manutenção dos serviços.

SANEAMENTO

Estratégia

- Continuidade da implantação do programa estadual de saneamento básico, tendo em vista ao benefício, até fins de 1974, de 80% da população urbana, das cidades atendidas pela CORSAN.
- Aceleração dos seguintes projetos para o aumento da capacidade instalada dos serviços de suprimento de água potável:
 - conclusão de 21 novos sistemas ou ampliações;
 - início de 19 novos sistemas ou ampliações;
 - melhoramento da rede em 50 municípios.
- Aceleração dos projetos seguintes referentes aos serviços de esgotos sanitários:
 - ampliações de sistemas em 17 municípios;
 - implantação de sistemas em 23 municípios.
- Execução de obras complementares nos serviços de água e esgotos atendidos pela CORSAN.

SAÚDE

Estratégia

- Ação planejada e integrada com a União, municípios e entidades privadas para a realização de programas conjuntos, inclusive nas zonas rurais.
- Prioridade aos programas que apresentem menor custo com benefícios a um maior número de pessoas.
- *Contrôle epidemiológico* de doenças transmissíveis e controláveis ou erradicáveis pelo uso de imunizantes.
- *Contrôle ambiental* pela fiscalização dos alimentos e da água, e realização de programas de pequeno saneamento.
- Utilização de técnicas de comunicação social para a modificação de atitudes e comportamentos da população em relação à saúde.

TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Estratégia

- Orientação e estímulos aos esforços comunitários, com vistas à maior participação coletiva nas mudanças requeridas pelo processo de desenvolvimento.
- Prioridade aos programas integrados com a União, municípios e entidades privadas, de natureza coletiva, preventivos e promocionais, que apresentem menor custo com benefícios a um maior número de pessoas.
- Estabelecimento de uma política estadual definida de bem-estar social e de recursos humanos, objetivando a eficácia da atuação do Estado na capacitação profissional, habitação, assistência aos sindicatos, aos menores e aos desvalidos.

COMÉRCIO

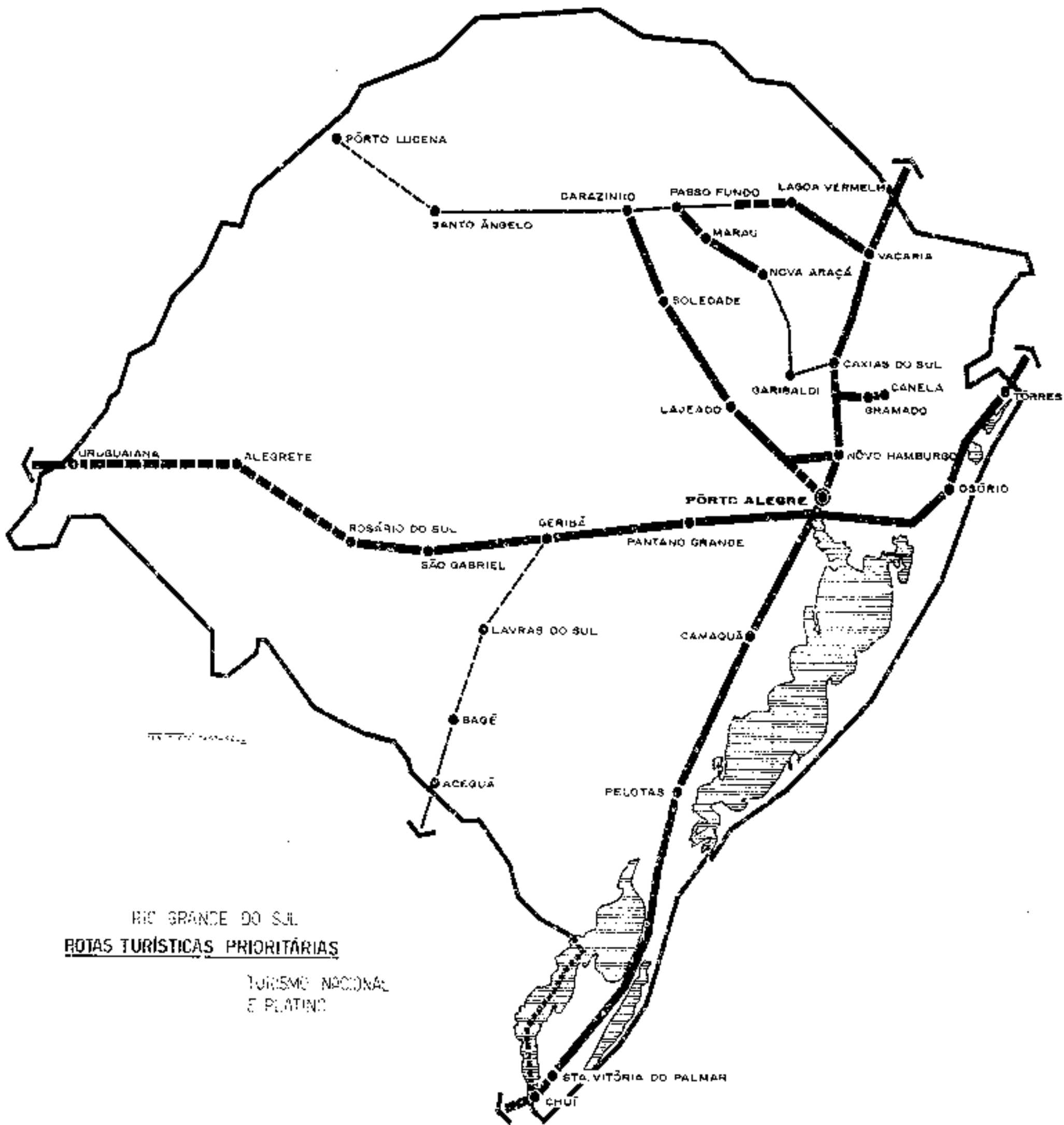
Estratégia

- Elaboração de um programa de comercialização da produção agrícola e industrial, integrado no contexto das políticas global e setorial, objetivando:
 - orientação à produção segundo a potencialidade dos mercados nacionais e internacionais;
 - formação de especialistas no setor, visando a criar uma mentalidade de comercialização nos organismos do setor público estadual.
- Articulação com o Governo Federal nos programas de melhoria das formas de comercialização a nível de consumidor, através de centrais de abastecimento.
- Apoio à política nacional de promoção das exportações e ao intercâmbio comercial com os países-membros da ALALC.

TURISMO

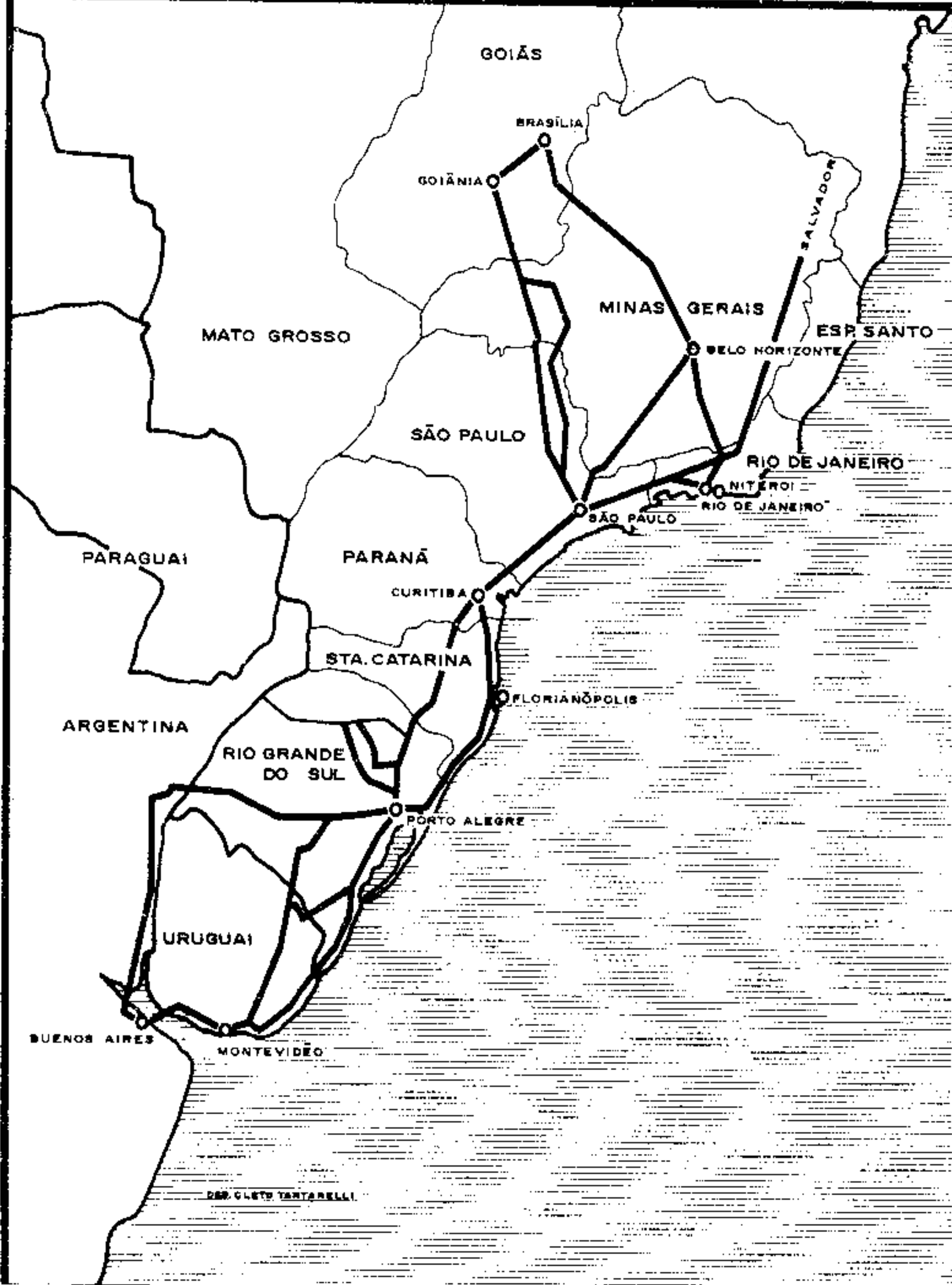
Estratégia

- Promoção e organização do turismo, em consonância com as diretrizes traçadas pelo Governo Federal, como atividade de expressão econômica capaz de ensejar maior geração de renda e o aumento das oportunidades de emprego.
- Conjugação de esforços entre o Estado e a iniciativa privada, cabendo àquele promover, dentre outras medidas:
 - fortalecimento da estrutura administrativa, através da criação da Secretaria do Turismo e de uma empresa pública de turismo;
 - execução de programas específicos de transportes, energia, comunicações, saneamento, educação, saúde e de segurança;
 - integração de programas municipais e sua compatibilização com a política de turismo;
 - realização de programas específicos, considerados prioritários, tendo em vista os fluxos naturais, as rotas e os polos de atração turística;
 - facilidades junto a organismos financeiros, para que a iniciativa privada venha a obter financiamentos para investimentos no setor;
 - informação, divulgação e promoção do turismo no País e no exterior;
 - preparação educacional para o turismo, através de cursos regulares de formação, especialmente em tarefas especializadas no ramo.



RIO GRANDE DO SUL
ROTAS TURÍSTICAS PRIORITÁRIAS

TURISMO NACIONAL
 E PLATINO



A Planejamento, Coordenação e Administração

Estratégia

- Atuação planejada e coordenada em tôdas as secretarias e órgãos da administração estadual.
- Racionalização dos mecanismos de decisão do Govérno, desde as fases de fixação de objetivos e prioridades ao uso integrado dos instrumentos de políticas econômicas e financeira.
- Forte atuação executiva dos organismos das administrações direta e indireta, orientada para a realização de programas e projetos compatibilizados com as diretrizes do Govérno.
- Estabelecimento de mecanismos de informações e acompanhamento da execução de programas e projetos.
- Integração de esforços, na realização de programas comuns ou na prestação de serviços públicos, com a União, municípios e entidades privadas.
- Adoção de critérios para a expansão dos serviços públicos, a fim de evitar o crescimento excessivo e desordenado do setor público.
- Reformulação gradual da máquina administrativa, através de um processo de reforma voltado para a resolução de problemas específicos ou pontos-de-estrangulamento existentes na administração pública.

B Política de Pessoal

Estratégia

- Valorização do funcionalismo, através de orientação, programas de treinamento e estímulos salariais compatíveis com os gastos públicos e suscetíveis de eliminar distorções existentes.
- Revisão e atualização da legislação do pessoal, tornando-a mais flexível à reformulação administrativa.
- Limitação de novas admissões de pessoal.
- Levantamento periódico do pessoal ocupado por tarefas, categorias e locais de trabalho, visando ao aproveitamento de excedentes nos diferentes órgãos das administrações direta e indireta.

C Política Fiscal e Orçamentária

Estratégia

- Para a Captação de Recursos:
- aperfeiçoamento do sistema de fiscalização tributária;
- fixação de novos critérios para a concessão de incentivos fiscais;
- reescalonamento das atuais dívidas vincendas de curto prazo;
- negociações de novos empréstimos, e lançamento de novas apólices e letras do Tesouro nos limites permitidos pela legislação federal;
- montante das operações de crédito no mínimo equivalente ao valor dos serviços da Dívida Pública;
- alienação de ativos patrimoniais, sempre que fôr comprovada sua não utilização presente ou futura;
- fixação de tarifas e preços realistas para os serviços públicos;
- intensificação da participação do Estado em programas financiados, direta ou indiretamente, por entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

- Para os Gastos Públicos:

- limitação dos gastos públicos correntes a taxa real máxima de acréscimo de 3% ao ano;
- utilização de eventuais excedentes entre o montante das operações de crédito e o valor dos serviços da Dívida Pública em programas de investimentos de comprovada rentabilidade econômica e/ou de elevada significação social;
- volume de investimentos com recursos próprios do Tesouro, no quadriênio 1971/74, no mínimo de Cr\$ 1 milhão, a preços de 1970;
- diminuição dos custos de administração das autarquias e empresas públicas que dependam ou não de transferências do Tesouro, fixando-os em níveis proporcionais inferiores à sua produção de bens e serviços.

D Política Financeira

Estratégia

- Institucionalização do Sistema Financeiro do Estado, congregando todas as entidades financeiras oficiais subordinadas ao Governo estadual.
- Criação de uma entidade normativa, coordenadora e fiscalizadora do Sistema — a Junta Financeira —, a qual, respeitadas as normas específicas para cada instituição, emanadas da autoridade monetária federal, agirá objetivando fundamentalmente:
 - coordenação e entrosamento operacional das instituições financeiras com a política financeira geral do Estado;
 - aprimoramento e maior eficiência dos instrumentos de captação de recursos financeiros nas fontes de poupança local, nacional e internacional;
 - melhor adequação dos recursos, à disposição das instituições financeiras estaduais, aos programas de desenvolvimento do Estado, através de uma política creditícia racional, integrada e, sempre que possível, supletiva às das demais instituições públicas e privadas;
 - aperfeiçoamento técnico-administrativo das instituições financeiras, adaptando-as à crescente evolução exigida pelos mercados financeiros e de capital.